

À margem da luz do lampião

: travestis, bonecas e bichas loucas no *Lampião da Esquina* (1978-1981)

Gabriel Donizetti Ferreira Simionato

Graduado em História pela Universidade Federal de Alfenas
(Unifal-MG)

Resumo

Este artigo busca analisar as relações estabelecidas entre as comunidades transgêneras e o movimento homossexual brasileiro e a comunidade gay, por meio do periódico da imprensa alternativa *Lampião da Esquina* (1978-1981). Para tanto, analisou-se três cartas de leitores e uma reportagem que abarcavam o tema da transgeneridade. Os conceitos de gênero, conforme Butler, Lauretis e Scott, e de representação, conforme Chartier, foram fundamentais para a análise. Também foram utilizados os textos de Cruz e Peixoto e de Luca quanto ao uso da imprensa como fonte histórica. Percebe-se a cis-heteronormatividade vigente na comunidade e no movimento gay do período, a manutenção de um discurso patologizante e estereotipado, assim como a marginalização e repulsão das comunidades transgêneras nesses coletivos (comunidade gay no periódico *Lampião da Esquina*).

Palavras-chave *Lampião da Esquina* – Movimento gay – Travestis – Cis-heteronormatividade – Imprensa alternativa.

Submissão

08/07/2021

Aprovação

22/12/2021

Publicação

26/04/2022

On the Fringes of the Lamplight: travestis, bonecas and bichas loucas at *Lampião da Esquina* (1978-1981)

Abstract

This article seeks to analyze the relationships established between transgender communities and the Brazilian homosexual movement and the gay community, through the alternative press periodical *Lampião da Esquina* (1978-1981). To this end, three letters from readers and a report covering the topic of transgenerity were analyzed. The concepts of gender, according to Butler, Lauretis and Scott, and representation, according to Chartier, were fundamental for the analysis. The texts of Cruz and Peixoto and Luca were also used regarding the use of the press as a historical source. The cis-heteronormativity in the community and in the gay movement of the period, the maintenance of a pathologizing and stereotyped discourse, as well as the marginalization and repulsion of transgender communities in these collectives (gay community in the periodical *Lampião da Esquina*) is perceived.

Keywords *Lampião da Esquina* – Gay Movement – Travestis – Cis-Heteronormativity – Alternative Press.

Al margen de la luz de la lámpara: travestis, bonecas y bichas loucas en *Lampião da Esquina* (1978-1981)

Resumen

Este artículo busca analizar las relaciones que se establecen entre las comunidades transgénero y el movimiento homosexual brasileño y la comunidad gay, a través del periódico alternativo *Lampião da Esquina* (1978-1981). Para ello, se analizaron tres cartas de lectores y un informe sobre el tema de la transgeneridad. Los conceptos de género, según Butler, Lauretis y Scott, y representación, según Chartier, fueron fundamentales para el análisis. También se utilizaron los textos de Cruz y Peixoto y Luca sobre el uso de la prensa como fuente histórica. Se percibe la cis-heteronormatividad en la comunidad y en el movimiento gay de la época, el mantenimiento de un discurso patologizante y estereotipado, así como la marginación y repulsión de las comunidades transgénero en estos colectivos (comunidad gay en el periódico *Lampião da Esquina*).

Palabras clave *Lampião da Esquina* – Movimiento gay – Travestis – Cis-heteronormatividad – Prensa alternativa.

Introdução

Este artigo¹ tem como objeto de análise as relações estabelecidas entre o periódico *Lampião da Esquina* (1978-1981) em suas publicações (cartas de leitores e reportagens), e a comunidade transexual e travesti, bem como entender as representações sobre a comunidade transgênera presentes nos discursos do periódico.

Uma vez que se reconhece o *Lampião da Esquina* enquanto um dos pilares do movimento homossexual brasileiro (anacronicamente, movimento LGBT) numa primeira geração (final da década de 1970 até meados da década de 1980), torna-se possível compreender as relações entre o movimento homossexual brasileiro e as comunidades transgêneras por meio de suas páginas, já que o periódico atuava (ou melhor, se autointitulava) enquanto representante do movimento.

São recentes as produções que tratam sobre a comunidade LGBT durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1985), com ainda poucos trabalhos historiográficos sobre o tema. São ainda mais restritas as publicações que tem como objeto de estudo as comunidades transexuais e travestis nesse recorte temporal.

Portanto, o estudo que levou a este artigo se justifica pela importância de se reconhecer as experiências históricas desses sujeitos que, por tanto tempo, foram silenciados e para quem foi negado “integrar” a chamada História oficial. Como trata Joan Scott, é necessário historicizar as relações de gênero para compreender seu próprio funcionamento e suas (des/re)construções,² nesse caso faz-se necessário historicizar a transgeneridade. Conforme trata Teresa de Lauretis, se são as representações que constroem os gêneros,³ que transgeneridades estão sendo construídas pelas representações presentes no *Lampião da Esquina*?

Para tanto, utiliza-se os conceitos de gênero, conforme as contribuições de Joan Scott, Judith Butler e Teresa de Lauretis, como construções socioculturais e históricas; dessa forma, enquanto fluidos e mutáveis, sendo construídos e des/reconstruídos cotidianamente a cada relação social,⁴ ao mesmo tempo em que se reconhece a

1 Esta pesquisa deriva de uma pesquisa de Iniciação Científica intitulada *Mulherio e Lampião da Esquina: gênero e sexualidade como resistência da imprensa alternativa à ditadura e ao patriarcado brasileiro (décadas de 1970 e 1980)*, orientada pela Prof.^a Dr.^a Marta Gouveia de Oliveira Rovai, a quem agradeço imensamente.

2 SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 64.

3 LAURETIS, T. “A tecnologia de gênero”. HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 126.

4 SCOTT, op. cit., p. 62.

existência de um sistema regulador das construções, manifestações e relações de gênero, o qual chamamos de patriarcado. O gênero é uma representação dessa relação social,⁵ e não haveria uma definição fixa e única dos gêneros, como entende Butler⁶ e Lauretis.⁷

Outro conceito fundamental para se pensar o gênero é o de representação, segundo as formulações de Roger Chartier. Para ele, aqueles que detêm o poder de representar/classificar/nomear instituem simbolicamente certos discursos e práticas, produzindo a crença de que aquela representação é a própria realidade.⁸ Nesse sentido, pensa-se o conceito de “performance de gênero”, de Butler, o qual trata como são as expressões e o modo de vivenciar os gêneros que constroem a própria ideia de gênero.⁹ Ao fim, são as representações e os discursos que “constroem as relações de dominação”,¹⁰ incluindo as de gênero.

Em relação à transgeneridade, ela é entendida como uma categoria identitária política, que desnaturaliza o sistema gênero/sexo e visibiliza identidades historicamente estigmatizadas,¹¹ referindo-se a sujeitos que rejeitam, em alguma medida, o gênero designado ao nascimento, abrangendo pessoas transexuais, travestis e não-binárias. Quanto à diferenciação entre travestis e mulheres transexuais, uma série de definições são elencadas por Mario Carvalho,¹² que não cabem a esse trabalho analisar, mas sendo: as travestis definidas por uma categoria moral-social e as transexuais, por uma categoria médico-psiquiátrica; as travestis sendo relacionadas a uma “feminilidade ousada” e as transexuais, a uma “feminilidade burguesa”; as travestis sendo as que se sentem confortáveis com seu órgão sexual, e as transexuais, as que se sentem desconfortáveis; as travestis relacionadas ao tratamento hormonal e às cirurgias plásticas, ainda que não obrigatórios, e as transexuais relacionadas a essas mesmas medidas, somadas à cirurgia de redesignação sexual, também não obrigatórias; as travestis se identificando enquanto um outro gênero, ambíguo, que une elementos do masculino e do feminino, porém com predominância do feminino e as transexuais se identificando com o gênero “mulher”.

5 LAURETIS, T. “A tecnologia de gênero”. HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 125.

6 BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 40.

7 LAURETIS, op. cit., p. 123.

8 CHARTIER, R. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 5, 1991. p. 183.

9 BUTLER, op. cit., p. 56.

10 CHARTIER, R. “Defesa e ilustração da noção de representação”. *Fronteiras*, v. 13, n. 23, 2011. p. 20-21.

11 JESUS, J. “Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio”. *História Agora*, v. 16, 2014. p. 119.

12 CARVALHO, M. “‘Travesti’, ‘mulher transexual’, ‘homem trans’ e ‘não binário’: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas”. *Cadernos Pagu*, n. 52, p. 1-35, 2018.

Quanto ao uso de periódicos enquanto fonte histórica, a metodologia foi baseada nos trabalhos de Tania de Luca e de Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto. Entende-se a “imprensa como linguagem constitutiva do social”, com suas peculiaridades, historicidades, torna-se vital a compreensão da relação imprensa/sociedade desempenhada pelo periódico,¹³ uma vez que a imprensa sempre “fala de um lugar e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui”.¹⁴ Desta forma entende-se que o *Lampião da Esquina* tem por lugar de fala a comunidade gay, branca, de classe média, carioca, dos finais dos anos 1970 e começo dos anos 1980, no período conhecido como “abertura política” da ditadura militar (1974-1985), marcado pelas manifestações públicas e protestos, pela Lei da Anistia, pela volta das eleições diretas, volta do multipartidarismo, pelo ressurgimento dos movimentos sociais e reanimação da imprensa alternativa.¹⁵ Tal contexto coincide com a organização dos movimentos LGBT pelo mundo, impulsionados pela revolta de Stonewall, em 1969, nos Estados Unidos, e pela criação da Frente de Liberação Homossexual da Argentina de 1971,¹⁶ no caso da América Latina.

Para analisar as publicações do *Lampião da Esquina* é necessário considerar que a imprensa é uma “mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do errado”,¹⁷ por isso é necessário desnaturalizar desde a materialidade do periódico até “as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos”.¹⁸ A imprensa e a mídia não são simples “depositários de acontecimentos”, mas são, também, uma “força ativa [...] atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica”.¹⁹ Como trata também Michele Lima, os periódicos não são somente informativos, mas também disciplinadores e fomentadores de “opinião pública”,²⁰ são “agentes de controle social”,²¹ mesmo dentro de uma comunidade marginalizada (que era a comunidade

13 CRUZ, H.; PEIXOTO, M. “Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, n. 35, 2007. p. 258.

14 *Ibidem*, p. 258.

15 OLIVEIRA, J. “Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira: mulherio e chanacomchana (1981-1985)”. *Domínios da Imagem*, v. 11, n. 21, 2017. p. 68.

16 GREEN, J. “A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina”. *Cadernos AEL*, v. 10, n. 18/19, 2003. p. 25.

17 RODRIGUES apud LUCA, T. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. PINSKY, C. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 116.

18 LUCA, T. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. PINSKY, C. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 138.

19 CRUZ; PEIXOTO, op. cit., p. 257.

20 LIMA, M. “Mulheres de *trottoir*: prostituição e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1970)”. *Trilhas da História*, v. 7, n. 14, 2018. p. 199.

21 *Ibidem*, p. 196.

LGBT do período). E, como argumenta Jaqueline de Jesus, a mídia brasileira é contumaz em reproduzir estereótipos sobre mulheres trans e travestis.²²

Nesse sentido, pode-se utilizar o *Lampião da Esquina* para pensar como a comunidade leitora se relacionava com alguns temas (por meio das cartas de leitores) e ao mesmo tempo pensar como o próprio *Lampião* atuava diante de temas como o da transgeneridade (seja pelas respostas das cartas ou pela reportagem escolhida para análise). Para realizar a análise, o artigo se estrutura apresentando, primeiro, o periódico *Lampião da Esquina*. Depois, analisa três trechos do jornal: a carta de leitor *Pauladas na “Bichórdia”* (n. 2, 1978), as duas cartas de leitores intituladas *Volta o gay-macho* (n. 12, 1979), e a reportagem *Quem lucra com esta operação?* (n. 35, 1981). Por último, apresenta as considerações finais.

Um lampião na esquina do gueto

Ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 a população urbana no Brasil aumentou massivamente. Tal processo de urbanização teve impacto na vida da comunidade LGBT brasileira, na qual muitos sujeitos migraram para as grandes metrópoles, buscando pelo anonimato das multidões, fugindo da vigilância e da pressão familiar dos interiores brasileiros, como lembram Green²³ e Costa.²⁴ É justamente nesse contexto que começam a surgir redes de sociabilidade LGBT, nas ruas, bares, restaurantes, cinemas e outras localidades destinadas ao uso e frequentação. Estes espaços ficaram conhecidos como guetos, espaços nos quais a comunidade LGBT podia usar para manifestar suas identidades de gênero e orientação sexual com relativa liberdade.

Tratamos como uma liberdade relativa, uma vez que poderiam fugir dos olhares controladores da família e da vizinhança, mas esses espaços eram alvo frequente de operações violentas da polícia, como as comandadas pelo delegado José Wilson Richetti em São Paulo e pelo delegado Deraldo Padilha no Rio de Janeiro, buscando reprimir essas manifestações de gênero e sexualidade, mantendo uma ordem patriarcal, racista e cis-heteronormativa.²⁵ Mas, essas “operações limpeza” contra LGBTs não foram

22 JESUS, J. “Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio”. *História Agora*, v. 16, 2014. p. 108.

23 GREEN, J. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 255.

24 COSTA, R. “Sociabilidade homoerótica e relações identitárias: o caso do jornal *O Snob* (Rio de Janeiro, década de 1960)”. *Tempo e Argumento*, v. 2, n. 2, 2010. p. 68.

25 MARIUSSO, V. “Lugares de diversão e repressão: violência policial contra homossexuais no Brasil (1978-1981)”. *Temporalidades*, v. 7, n. 2, p. 101-128, 2015.

comuns somente em São Paulo e Rio de Janeiro, também aconteceram em Manaus, com o delegado Orlando da Cruz,²⁶ no Recife²⁷ e em Brasília.²⁸

Nesse contexto de criação de vínculos e afetos LGBT, impulsionados pela urbanização e pela guetificação, foram publicados vários jornais alternativos à chamada grande imprensa. Tais periódicos, de poucos exemplares, eram lidos e repassados entre os indivíduos de uma mesma comunidade; se preocupavam em apresentar temas comuns à vida noturna LGBT, como: guias de locais de frequência e encontro LGBT, divulgação de concursos, bailes, festas e de fofocas. Ou seja, eram periódicos definidos pelo colunismo social. Um exemplo é o jornal *O Snob*, que circulou entre 1963-1969 na cidade do Rio de Janeiro, contando com mais de 100 edições, todavia com tiragem de 30 exemplares, que eram passados de mão em mão.²⁹ Segundo James Green, tal jornal inspirou a criação de cerca de outros 30 periódicos no período.³⁰

Todavia, com a ditadura militar, as manifestações LGBT sofreram um refluxo e silenciamento, sobretudo a partir de 1968, com o endurecimento do regime: os grupos e os jornais se desfizeram. A ditadura, herdando do discurso integralista e militar, entendia a homossexualidade como uma tática subversiva de desestabilizar a ordem social, por meio da corrupção da juventude dos países capitalistas para a implementação de um regime comunista.³¹ Dessa forma, era primordial ao regime perseguir e combater as referências à homossexualidade encontradas na mídia, como forma de precaver a doutrinação da juventude.³² As manifestações LGBT voltaram a despertar e conquistar o espaço público somente no período de reabertura política, nos anos finais da década de 1970, concomitantemente ao despertar de outros movimentos sociais, como o feminista, o negro, o operário. É nesse momento que surge o *Lampião da Esquina*.

O jornal lançou sua primeira edição (número 0) em abril de 1978. Inicialmente, o nome do periódico era somente *Lampião*, mas por conta da existência de outro jornal homônimo, a partir da edição número 1 (maio de 1978) passou se chamar de *Lampião*

26 LIMA, M. “Mulheres de *trottoir*: prostituição e cotidiano nos jornais de Manaus (1967-1970)”. *Trilhas da História*, v. 7, n. 14, 2018. p. 197.

27 MARIUSSO, V. “Lugares de diversão e repressão: violência policial contra homossexuais no Brasil (1978-1981)”. *Temporalidades*, v. 7, n. 2, p. 101-128, 2015.

28 Ibidem, p. 113.

29 COSTA, R. “Sociabilidade homoerótica e relações identitárias: o caso do jornal *O Snob* (Rio de Janeiro, década de 1960)”. *Tempo e Argumento*, v. 2, n. 2, 2010. p. 63.

30 GREEN, J. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 253.

31 COWAN, B. “Homossexualidade, ideologia e ‘subversão’ no regime militar”. GREEN, J.; QUINALHA, R. (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014. p. 28.

32 Ibidem, p. 37.

da Esquina.³³ O nome fazia referência tanto à rebeldia/resistência (cangaceiro Lampião), quanto à iluminação que se pretendia lançar sobre os temas envolvendo a homossexualidade. Já “Esquina” era decorrente do nome homônimo da editora que o produzia, localizada no Rio de Janeiro, mas, ainda assim, trazia a ideia de um espaço de fronteira, de uma margem, segundo Mariusso³⁴ e Oliveira.³⁵ Além disso, o logo do periódico também se referia ao cangaceiro, ao mesmo tempo em que reproduzia um falo, sendo por isso criticado por grupos de mulheres lésbicas, evidenciando o falocentrismo do periódico.

O tabloide circulou entre 1978 e 1981, contando com 38 edições, mais três edições extras, com tiragem de quinze mil exemplares e circulando, sobretudo, no eixo Rio-São Paulo. No princípio, era distribuído somente na cidade do Rio de Janeiro, mas chegou a ser distribuído, em pontos fixos de venda, em 22 cidades, entre as edições número 30 e 33. No entanto, com base nas cartas dos leitores, percebe-se que o alcance era nacional, atingindo tanto cidades do Sudeste (onde o jornal se inseria) quanto de outras regiões, cidades grandes ou pequenas. Chegou até mesmo a receber cartas de cidades estrangeiras. Porém, grande parte das interações que o jornal recebia provinha do eixo Rio-São Paulo.

Foi fundado por onze intelectuais, homens, gays, brancos e de classe média, sendo eles: o jornalista Adão Acosta, o escritor Agnaldo Silva, o crítico musical Antônio Chrysóstomo, o crítico de cinema Clóvis Marques, o poeta Francisco Bittencourt, o escritor Gasparino Damata, o cineasta Jean-Claude Bernadet, o advogado João Antônio Mascarenhas, o cineasta e escritor João Silvério Trevisan e o antropólogo Peter Fry. A iniciativa surgiu após a visita de Winston Leyland, editor da revista estadunidense *Gay Sunshine Press*, ao Brasil em 1977, a procura de contos latino-americanos com temáticas homossexuais para uma antologia, como informam Ferreira³⁶ e Silva.³⁷

É considerado o marco zero do movimento LGBT brasileiro (junto da fundação do SOMOS, Grupo de Afirmação Homossexual, também em 1978). Apesar de terem existido outros jornais e grupos anteriormente, o *Lampião da Esquina* e o SOMOS são considerados os fundadores do movimento por conta de seus objetivos e atuações, de

33 FERREIRA, C. “Imprensa homossexual: surge o *Lampião da Esquina*”. *Revista Alterjor*, ano 1, v. 1, n. 1, 2010. p. 6.

34 MARIUSSO, V. “Prendam, matam e comem os travestis’: a imprensa brasileira e seu papel na exclusão da população LGBT (1978-1981)”. *Albuquerque*, v. 7, n. 13, 2015. p. 46.

35 OLIVEIRA, L. “Quem tem medo de sapatão?: resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985)”. *Periódicus*, v. 1, n. 7, 2017. p. 10.

36 FERREIRA, op. cit., p. 4

37 SILVA, E.; BRITO, A. “Travestis e transexuais no jornal ‘Lampião da Esquina’ durante a ditadura militar (1978-1981)”. *Dimensões*, n. 38, 2017. p. 216.

caráter político-reivindicatório, buscando a desmarginalização da homossexualidade, seja no campo social, cultural, político ou simbólico.

Na edição experimental número 0 de abril de 1978, o conselho editorial define os objetivos do periódico, sendo eles: para além de defender que gays se assumam, que sejam aceitos pela sociedade, saindo dos guetos nos quais eram segregados; pretendiam desconstruir a imagem estereotipada do homossexual como alguém noturno e amaldiçoado; mostrar que o homossexual também era um ser humano e tinha o direito de lutar por sua plena realização; ser a voz dessa minoria homossexual e, ao mesmo tempo, em suas palavras, “dar voz” às outras minorias (como mulheres, negros, indígenas); falar positivamente da sexualidade; e, enfim, desconstruir a ideia de que a homossexualidade pudesse interferir negativamente no caráter de uma pessoa.³⁸

Apesar da abertura política do período, não podemos pensar que os órgãos repressores deixaram de existir no final da década de 1970. Um exemplo de censura é o inquérito aberto na Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento da Polícia Federal contra o *Lampião da Esquina*, em agosto de 1978, por ferir a “moral e os bons costumes”.³⁹ O objetivo, segundo os conselheiros editoriais, era fechar o periódico e punir os responsáveis por ele. Segundo a Polícia Federal, o *Lampião da Esquina* atentava contra o artigo 17 da Lei 5.250, de fevereiro de 1967,⁴⁰ que regula (pois ainda está em vigor) a manifestação do pensamento e informação. O artigo 17 versa, justamente, sobre o atentado à moral e aos bons costumes, com pena de três meses a um ano de detenção e multa. Uma série de cartas e depoimentos de apoio passaram a ser publicados pelo jornal nas edições seguintes. O processo foi arquivado em novembro de 1979 e divulgado na edição número 18. Desse modo, a comunidade LGBT e seu movimento não foram contagiados pelo otimismo da reabertura política. A situação dos LGBT permaneceu sendo a mesma: continuavam apanhando da polícia;⁴¹ afinal, é justamente nesses anos que os delegados Richetti e Padilha (citados anteriormente) estavam atuando.

Ao longo de seus anos de circulação, o *Lampião da Esquina* colocou em prática seus objetivos, alguns com mais enfoque do que outros. Destacam-se os conflitos gerados entre o *Lampião*/movimento gay com o movimento feminista: o primeiro sendo acusado de machista e o segundo, de homofóbico. De toda forma, o jornal se

38 CONSELHO EDITORIAL. “Saindo do gueto”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 0, abr. 1978. p. 2.

39 “Somos todos inocentes”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 18, nov. 1979. p. 2.

40 BRASIL. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm>. Acesso em: 8 jan. 2021.

41 KUMPERA, J. “Resistências lésbicas à ditadura militar no Brasil: imprensa, ativismo e a redemocratização”. *Anais do XXIV Encontro Regional da ANPUH-SP: História e Democracia*. Guarulhos, SP: Unifesp, 2018. p. 9.

tornou uma referência para a comunidade homossexual brasileira e também para os grupos que surgiram no então movimento gay nacional. Todavia, os custos da produção e circulação do periódico foram aumentando. A tentativa de venda de anúncios não produziu tanto efeito, já que as temáticas abordadas pelo jornal afugentavam os patrocinadores.⁴²

Além disso, algumas opiniões do jornal foram se modificando nos três anos de existência. Ao princípio o periódico era contra a ideia de publicar fotos de rapazes nus, pois entendia como objetificação sexual do indivíduo.⁴³ Todavia, ao longo das edições foram ficando cada vez mais comuns desenhos e fotografias eróticas, sendo que desde a edição número 27 trazia fotografias de nus frontais masculinos. Desse modo, o jornal foi perdendo seu espaço politizador para se tornar um jornal mais comercial.⁴⁴ A própria linguagem do impresso foi modificando. Se no começo o jornal era criticado por seu linguajar complicado, mas, ainda assim, irônico e ácido,⁴⁵ foi se aproximando progressivamente de uma linguagem mais apelativa e mais próxima aos “guetos”.⁴⁶

Também, com o afrouxamento da censura e dos órgãos de repressão, a homossexualidade passou a ser veiculada em outros jornais, inclusive da grande mídia, ainda que de maneira estereotipada, como afirmam Mariusso⁴⁷ e Facchini,⁴⁸ aumentando a concorrência. Por último, dissensos entre os próprios editores levaram ao desgaste do *Lampião*. Os editores se dividiam entre as capitais São Paulo e Rio de Janeiro, todavia, cada vez mais o jornal foi sendo monopolizado pelo núcleo carioca.⁴⁹ Sendo um dos pontos que também eram criticados pelos leitores nas cartas: o demasiado foco nas sociabilidades homoafetivas cariocas. Ao fim, o *Lampião da Esquina* encerra suas atividades em junho de 1981.

Paralelamente ao jornal, o movimento homossexual ia se estruturando. A princípio, centralizado no grupo SOMOS, de 1978, localizado em São Paulo, mas logo outros coletivos surgiram, sobretudo nas grandes cidades. A partir de 1980, o SOMOS, enfraquecido, passa a ser criticado pela forma como centralizava o movimento e se

42 MARIUSSO, V. “Prendam, matam e comem os travestis’: a imprensa brasileira e seu papel na exclusão da população LGBT (1978-1981)”. *Albuquerque*, v. 7, n. 13, 2015. p. 60.

43 “Homens nus”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 0, abr. 1978. p. 14.

44 SCHULTZ, L.; BARROS, P. “O *Lampião da Esquina*: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970”. *Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia*. Guarapuava, PR: Unicentro, 2011. p. 14.

45 MARIUSSO, op. cit., p. 47.

46 FERREIRA, C. “Imprensa homossexual: surge o *Lampião da Esquina*”. *Revista Alterjor*, ano 1, v. 1, n. 1, 2010. p. 11.

47 MARIUSSO, op. cit., p. 59.

48 FACCHINI, R. “Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico”. *Cadernos AEL*, v. 10, n. 18/19, 2003. p. 95.

49 MARIUSSO, op. cit., p. 60.

fragmenta em variados grupos. É nesse ano que se cria o primeiro grupo lésbico, batizado de GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista), que surgia após as divergências conflituosas entre os homens gays e as lésbicas do movimento.⁵⁰ Em 1983, o SOMOS chegou ao fim.⁵¹ Os anos 1980 foram marcados por um refluxo no movimento: muitos grupos se desfizeram e poucos novos surgiram, devido, sobretudo, à epidemia do HIV/Aids, que minou a potência do movimento LGBT do período, só se reorganizando nos finais da década de 1990.⁵²

Enquanto o movimento gay tem seu início em 1978 com o grupo SOMOS, o movimento lésbico em 1980 com o GALF, o movimento de travestis e transexuais se organiza como movimento político somente na década de 1990.⁵³ Até então, a comunidade trans era marginalizada dentro do próprio movimento gay e lésbico. Conforme dito por Keila Sousa, o primeiro grupo desse movimento foi a Associação de Travestis e Liberados (Astral) criada em 1992 no Rio de Janeiro, renomeada para Articulação Nacional de Transgênero (Antra) em 2000, e hoje Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).⁵⁴

Segundo Rafael Ferrareze, a não adesão de travestis e transexuais ao movimento “homossexual” se deu por uma percepção da comunidade gay de que esses indivíduos (travestis e trans) não trariam uma boa imagem para a causa.⁵⁵ Essa “má imagem” na representação das travestis é por conta da relação estabelecida entre travestilidade e prostituição e consolidada no imaginário social, já que muitas travestis foram empurradas para a prostituição diante da falta de oportunidades, conforme informa James Green.⁵⁶ Outro ponto é o quanto a identidade travesti é um afronte à estrutura patriarcal e cis-heteronormativa da sociedade, ao ser, na prática, a demonstração de como os gêneros são imposições socioculturais e, portanto, são fluidos e mutáveis, com cada sujeito definindo seu próprio gênero. E, sendo o movimento gay do período igualmente patriarcal, binário e cis-heteronormativo, as travestis, em suas identidades e corpos, colocavam em xeque a própria autoridade dos homens gays do movimento.

50 OLIVEIRA, J. “Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira: mulherio e chanacomchana (1981-1985)”. *Domínios da Imagem*, v. 11, n. 21, 2017. p. 82.

51 FACCHINI, R. “Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico”. *Cadernos AEL*, v. 10, n. 18/19, 2003. p. 91-92.

52 *Ibidem*, p. 84-85.

53 FERRAREZE, R. *Bonecas na noite: histórias cotidianas de travestis e transexuais*. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, PR, 2015. p. 40.

54 SOUSA, K. *E assim nasceu o movimento nacional de travestis e transexuais*. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia/>>. Acesso em: 8 jan. 2021.

55 FERRAREZE, op. cit., p. 38.

56 GREEN, J. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 403.

Travestis e bichas *versus* mariconas

Ao analisar o *Lampião da Esquina*, foi possível perceber o descompasso entre os objetivos de seus editores e a comunidade de transexuais e travestis. Um dos elementos principais do periódico, que permitiu observar a relação tensa entre eles, foi a seção de cartas de leitores, da qual destaco três. A primeira escolhida para análise foi a carta *Pauladas na “Bichórdia”*, escrita por José Alcides Ferreira, do Rio de Janeiro, e publicada na edição número 2, de julho de 1978. O leitor começa elogiando o jornalismo do *Lampião da Esquina* e citando o histórico de fracassos dos outros jornais anteriores da comunidade LGBT. Sobre o periódico *Entender*, ele afirma que “se crucificou entre tantos ‘roteiros’ e mau-caratismo (os travestis invadiram todas as páginas e ‘sujaram’ a barra)”.⁵⁷ Ao se referir ao editor do boletim *Eros*, diz: “foi buscar apoio junto de uma camada de homossexuais bastante entorpecida pela bichice e não poderia, como estava pretendendo, encontrar ajuda”.⁵⁸ Ele ainda divide a comunidade em dois grupos, de um lado a “bichórdia” e do outro as “mariconas” (assim chamadas pela “bichórdia”), sendo as mariconas “nós homossexuais que somos homens normais e nos relacionamos como seres humanos”.⁵⁹ Sua carta termina com uma súplica:

Mas, por favor, não se deixem envolver pelo emaranhado de teias e pelo brilho de paetês e miçangas das bichas inoperantes que estão (involuntariamente, claro) a serviço da Sociedade de Proteção ao Machismo, que também manipula o travesti, esboço bizarro da escrava doméstica e do objeto sexual que ainda é a mulher.⁶⁰

Na sua reposta, o jornal diz que não coube no espaço do periódico toda a carta de José Alcides Ferreira, que uma parte (que discorria sobre Rogéria) foi retirada, não por censura, mas por falta de espaço, mas resolve trazer um trecho, que destaca:

Um homem fantasiado de mulher, ostentando um comportamento alienado e sexista, não representa nenhum perigo para os códigos de honra do macho. Uma criatura destas [...] [supressão feita pelo jornal] é somente o produto da decadência da cultura ocidental, que sobrevive à base de coisas efêmeras e onde prima, sobretudo, falta de sensibilidade e a ignorância sexual.⁶¹

Percebe-se com essa carta a cis-heteronormatividade e a transfobia presente em um membro da comunidade. A travesti é entendida como algo negativo, ruim, pernicioso, que sequer faz parte da comunidade (afinal, “invadiram” os jornais, se estão invadindo é

57 FERREIRA, J. A. “Pauladas na ‘Bichórdia’”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 2, jul. 1978. p. 14.

58 Ibidem, p. 14.

59 Ibidem, p. 14.

60 Ibidem, p. 14.

61 Ibidem, p. 14.

porque não pertencem). É designada dependente de uma identidade masculina, já que se utiliza de pronomes masculinos para se referir a ela.

Além da travesti, outra identidade é também criticada pelo leitor: a bicha. Supõe-se que José Ferreira entenda a identidade bicha enquanto um homossexual efeminado. Apesar dele utilizar os dois termos para designar dois grupos, vale ressaltar que, no período, as duas nomeações se mesclavam: bicha podia significar tanto o que hoje entendemos como travesti, quanto o que entendemos como bicha, justamente por ambas identidades representarem uma subversão de gênero e sexualidade, nas quais os limites entre a imposição da masculinidade e da feminilidade são imprecisos ou inexistentes.

O termo bicha foi muito utilizado na década de 1960, referindo-se àquelas pessoas (designadas enquanto masculinas no nascimento) que se relacionavam sexualmente na posição “passiva”, a que é penetrada, e com características e trejeitos “femininos”; em contraposição ao termo “bofe”, o ativo, o masculino.⁶² Ao longo dos anos 1970 e 1980 esse termo foi dissolvido dentro da comunidade homossexual, que passou a utilizar predominantemente o termo “gay” indistintamente, referindo-se tanto aos chamados “passivos”, “ativos” e outros. O leitor elabora ainda alguns neologismos, como “bichórdia” para se referir ao coletivo de bichas, e “bichice” para se referir à condição ou qualidade de quem é bicha; sendo então “bichórdia” o grupo e “bichice” o estado que devem ser desprezados e combatidos pela comunidade e pelo jornal, assim “bichórdia” e “bichice” são a masculinidade subvertida ou renegada.

Tanto as travestis quanto as bichas são entendidas nessa lógica como homens femininos desqualificados. Em contraposição, José Ferreira traz a identidade “maricona”, que ele revela ser uma nomeação criada pelas próprias bichas, sendo a “maricona” os “homens normais”, que se relacionam “como seres humanos”. Por sua autodefinição de “maricona” e sabendo que é o contraponto de “bichórdia” (a definição do Outro pela definição do Eu), elucida como ele a entende: se “mariconas” são “homens normais”, as bichas e travestis são homens anormais (ou sequer são homens); se o primeiro grupo é de seres humanos, o segundo é de não-humanos. Esse discurso representa uma lógica moderna, colonial, binária, dicotômica e hierárquica⁶³ na qual elenca como opostos, de um lado: o bem, o positivo, a masculinidade, o humano; e do outro lado, respectivamente: o mal, o negativo, a feminilidade, o não-humano.

62 FERRAREZE, R. *Bonecas na noite: histórias cotidianas de travestis e transexuais*. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, PR, 2015. p. 13.

63 LUGONES, M. “Colonialidad y género”. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, 2008.

José Ferreira contribui para essa lógica adicionando, de um lado, as mariconas (representando o bem, o positivo, o masculino, o humano, o normal) e, do outro, as bichas e travestis (representando o mal, o negativo, o feminino, o não-humano, o anormal). Percebe-se, com isso, o quanto uma lógica patriarcal e cis-heteronormativa (e colonial/moderna) vigorava em alguns membros da comunidade, ao entenderem que sendo homens gays deveriam manter uma masculinidade vigente e que aquelas pessoas que subvertiam essa lógica (homens gays efeminados, mulheres trans e travestis) deveriam ser confrontadas e marginalizadas.

O leitor discorre sobre as travestis, definindo-as como um “esboço bizarro da [...] mulher”; ou seja, ele as percebe como uma não-identidade masculina (apesar dos pronomes masculinos e de chamá-las de “homens fantasiados de mulher”, por isso a ideia de serem dependentes dessa identidade masculina), mas também como uma não-identidade feminina (são só um esboço). Nesse sentido, se a travesti é um esboço, significa que é uma identidade inacabada, não finalizada, incompleta. Do outro lado, os homens e mulheres “de verdade” (cis?) são, então, as identidades completas, aquelas que o esboço antecede. Nota-se, assim, a percepção de um gênero-essência, que está completo, que está findado, portanto, fixo e imutável; ao qual a travesti esboça e em sua “anormalidade” não pode alcançar. Ou seja, para Ferreira, a travesti se desprende e renega esse estado fixo e acabado que é o gênero homem, mas não alcança o estado fixo e acabado que é o gênero mulher, tornando-se apenas um esboço do que pretende ser.

Judith Butler, ao discorrer sobre as performances subversivas, trata sobre a “imitação de gênero”. Muito além de ser só o desejo de imitação, essa performance “dá uma indicação sobre a maneira como a relação entre a identificação primária – isto é, os significados originários atribuídos aos gêneros – e as experiências posteriores de gênero pode ser reformulada”.⁶⁴ Assim, a transgeneridade, além de reforçar como os gêneros são construídos pelas performances, proporciona a desnaturalização do sistema de gênero/sexo.

Ferreira também elabora certos termos como “Sociedade de Proteção ao Machismo”, a qual as bichas e travestis, segundo ele, servem, ou melhor, pela qual são manipuladas e alienadas. Dessa forma, ele entende que as vivências travestis e efeminadas não contestam o machismo da sociedade, mas o fortalecem. Conforme sua argumentação, a travesti não representa um “perigo para os códigos de honra do macho”; ora, tanto representa um perigo que um macho está escrevendo para criticar essa identidade em um jornal. Ele ainda a enquadra como um “produto da decadência da cultura ocidental”, o que revela certo desconhecimento das experiências de gênero

64 BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 237.

não-ocidentais, afinal, é justamente a cis-heteronormatividade o produto da cultura ocidental.⁶⁵

Além disso, pode-se supor que o leitor seja alguém com acesso aos debates acadêmicos do feminismo; afinal, ele faz uso de conceitos como patriarcado, sexismo, machismo, alienação, além de entender a mulher como escrava doméstica e objeto sexual dentro desse sistema de gênero. Tais posições se aproximam das concepções acerca dos gêneros desenvolvidas pelo feminismo radical dos anos 1970, que também se recusava a reconhecer as mulheres trans e travestis como companheiras de luta e entendia a transgeneridade como manutenção do patriarcado.⁶⁶

Gato de biscoito ou biscoito de gato?

O trecho seguinte selecionado é também uma carta de leitor, publicada na edição número 12 de maio de 1979, intitulada *Volta o gay-macho*. Trata-se de duas cartas de leitores: um identificado como Jairo Ferry, de São Francisco, Estados Unidos, e outro como Caetano, de São Caetano do Sul, São Paulo. Ambos escrevem em apoio a outro leitor, Mauro Luís, que escreveu uma carta, *A tragédia é contestada*, na edição número 10 (março de 1979),⁶⁷ na qual criticava o ensaio *Gay-Macho: Uma nova tragédia americana?*, de Seymour Kleinberg, traduzido na edição número 8 (janeiro de 1979).⁶⁸ Tal ensaio criticava a heteronormatividade e a busca pela masculinidade das comunidades homossexuais estadunidenses. Já a carta de Mauro Luís era em defesa dessa heteronormatividade e da busca pela masculinidade, com um caráter transfóbico e homofóbico, contra travestis, transexuais e gays efeminados, inclusive se referindo a esses indivíduos como “uma caricatura grotesca de mulher”,⁶⁹ o que dialoga com a definição de “esboço bizarro” da carta anterior.

Em relação à carta de Jairo Ferry, trata-se de um brasileiro que reside nos Estados Unidos. Logo no início, ele traz uma frase peculiar: “gato que nasce no forno não é biscoito, é gato!”. A frase pode ser entendida como uma afirmação transfóbica (visto o contexto que se insere), já que revela a ideia de um determinismo biológico, no qual importa somente como a pessoa nasceu; é a dependência da identidade de gênero à ideia

65 LUGONES, M. “Colonialidad y género”. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, 2008.

66 BAGAGLI, B. *Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo*. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019. p. 42.

67 LUÍS, M. “A tragédia é contestada”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 10, mar. 1979. p. 15.

68 KLEINBERG, S. “Gay-macho: Uma nova tragédia americana?”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 8, jan. 1979. p. 8-9.

69 LUÍS, op. cit., p. 15.

de “sexo biológico” dado ao nascimento. Porém, como trata Judith Butler, a ideia de “sexo biológico/natural” é, também, uma construção discursiva e cultural. O sexo não existe “naturalmente”, mas é uma invenção do sistema de gênero, como forma de naturalizar e legitimar os gêneros binários, ao subordinar à ideia de sexo, pensado como algo imutável e natural; assim, o gênero “homem” fica subordinado ao sexo macho e o gênero “mulher” fica subordinado ao sexo fêmea.⁷⁰

Aqui ninguém curte roupas e paetês! [...]. Até as bichas loucas já não são tão loucas, chocantes e ridículas [...]. Agora, as bichas loucas elas já não encontram aqui nos EUA público para fazer *show-off* ou admirá-las. E nem por isso elas deixaram as lantejoulas em casa. Mas viram que é ridículo ser exibicionista, seja *guei* ou *straight*. Portanto, todas estão curtindo com a consciência de ser autêntico ou autêntica, com lantejoulas ou sem lantejoulas, mas tudo com muita CLASSE. A verdadeira tradução da palavra *gay* é alegria, alegre. Portanto, um conselho às bichas loucas: seja alegre, seja sempre você, seja *guei*!⁷¹

Não é possível saber exatamente a quem se refere o termo “bicha louca”: gays efeminados, travestis, transexuais. Pois, como foi apresentado, no período, os limites conceituais entre tais termos eram mais fluidos (ainda que hoje não sejam fixos). O termo menos utilizado no período é, justamente, “trans” e “transexual”, que passam a ser usados amplamente, somente, a partir da década de 1990.⁷²

Enfim, o termo “bicha louca”, como decorrente do termo “bicha” da carta predecessora, se refere então às pessoas, em alguma medida, ligadas a feminilidade, ainda que o adjetivo “louca” dê maior ênfase a essa identidade: confira-lhe um caráter de coisa absurda, anormal, intensa, associação feita ao gênero feminino. E a carta se constrói em crítica a essas identidades. Ou melhor, nela defende-se que isso não se configura uma identidade. Ao final da carta, Jairo Ferry diz “seja sempre você”, após críticas ao modo de ser das “bichas loucas”; ou seja, em sua concepção esse modo de ser não se configuraria enquanto o “eu” do indivíduo, essas pessoas não estariam sendo os seus “eus” verdadeiros, uma vez que ele está partindo de uma concepção essencialista e substancializada de homem e mulher; a “autenticidade”, o “eu verdadeiro”, corresponde então à cis-heteronormatividade.

A ideia de um gênero autêntico, ou íntegro, como trata Butler, é fabricação do sistema de gênero/sexo: “os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da

70 BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 26-28.

71 FERRY, J.; CAETANO. “Volta o gay-macho”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 12, maio 1979. p. 18.

72 CARVALHO, M. “‘Travesti’, ‘mulher transexual’, ‘homem trans’ e ‘não binário’: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas”. *Cadernos Pagu*, n. 52, 2018. p. 5.

heterossexualidade reprodutora”.⁷³ O sistema de gênero/sexo fabrica o gênero como essência, estável e verdadeiro.

O leitor também critica o exibicionismo dessas pessoas, ao mesmo tempo que elogia o desempenho de *go-go-boys* nas boates dos Estados Unidos. O que está sendo criticado, então, não é o exibicionismo em si, pois *go-go-boys* também são exibicionistas, mas o comportamento de pessoas com performance de gênero consideradas desviantes. Além disso, a carta possui um tom conciliatório. Ferry diz que graças a essa “discrição” (cis-heteronormatividade) da comunidade LGBT que foi possível fazer alianças entre o movimento gay estadunidense com pessoas heterossexuais, com a Igreja e com a política.

As “bichas loucas” são referidas por Ferry como “loucas, chocantes e ridículas”. Isso nos leva a crer que seja, também, de travestis que ele está falando, pois, as travestis são estigmatizadas, estereotipadas pelo exagero, relacionadas ao espetáculo e ao escândalo (o que dialoga com a afirmação de que nos EUA não há público para essas pessoas), entendidas como menos refinadas e mais pobres (o que corrobora com a afirmação de que elas não têm classe), pela sensualidade, pela vulgaridade.⁷⁴ E foi justamente por serem “exageradas, pintosas e espalhafatosas” que o movimento homossexual as repudiou,⁷⁵ procurando manter essa discrição que Ferry defende como sinônimo de autenticidade.

A carta seguinte é de Caetano, de São Caetano do Sul, São Paulo, em que ele começa discursando sobre como é o momento ideal de lutar por respeito no lugar onde se vive, se trabalha e se estuda:

Ninguém poderá confiar em nossa capacidade se ficarmos dando uma de bonecas e bancando as loucas na rua. O que acho é que precisamos estudar mais, nos tornarmos necessários na sociedade e assim respeitados. Gostaria de esclarecer que não concordo absolutamente que os homossexuais tenham que imitar os homens e muito menos as mulheres. Concordo sim, que todos tenham uma imagem própria, inteligente e discreta. Só assim seremos amados pelos outros. Caso contrário, seremos eternamente ridicularizados e marginalizados por todos.⁷⁶

Como na carta anterior, Caetano utiliza um termo genérico: “bonecas”. Assim como o termo “bicha”, “boneca” emergiu nos anos 1960 como uma variante para a

73 BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 235.

74 BARBOSA, B. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travestis e transexual*. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 48.

75 FERRAREZE, R. *Bonecas na noite: histórias cotidianas de travestis e transexuais*. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, PR, 2015. p. 14.

76 FERRY, J.; CAETANO. “Volta o gay-macho”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 12, maio 1979. p. 18.

palavra bicha, sendo destinadas às camadas mais pobres. Durante a década de 1980, o termo se tornou mais fluido, referindo-se tanto ao gay efeminado quanto à travesti. Somente na década de 1990 que o termo foi ressignificado pelas travestis e transexuais, sendo usado positivamente, como sinônimo de beleza.⁷⁷ Essa ressignificação da palavra nos anos 1990 pode ser relacionada com a legalização da medicalização de transição de gênero e a busca por uma forma idealizada de feminilidade e, portanto, condizente com o termo “boneca”.⁷⁸

Caetano deslegitima as identidades transgêneras ligadas ao feminino, pois além de não as reconhecer, refere-se a elas como “imitação de mulheres” (que se soma à “caricatura” e ao “esboço” citados anteriormente). Se ele diz que somente sendo discretos (ou seja, não sendo bonecas nem loucas) é que o indivíduo e o coletivo poderão ser amados, significa que as pessoas indiscretas não podem ser amadas. Ou seja, é reafirmar a negação do direito ao amor às pessoas trans, que massivamente são relegadas ao fetichismo, à hipersexualização, à prostituição.⁷⁹

O autor da carta entende essas pessoas como não sendo necessárias para a sociedade (pois somente ao se tornarem discretas e estudando é que se tornariam necessárias), e que, portanto, não deveriam ser respeitadas ou amadas. Defende o uso de uma imagem discreta pela comunidade homoafetiva, o que dialoga com a representação da travesti enquanto exagerada e escandalosa. Defende que aquelas(es) que mantiverem essa imagem feminina, exagerada, escandalosa vão continuar sendo ridicularizadas ou marginalizadas, pois a rejeição a elas seria algo natural. E além, a manutenção dessa imagem permitiria que os outros, os “discretos”, também continuassem sendo ridicularizados e marginalizados. As “bonecas” deveriam ser combatidas para a manutenção do bem-estar social dos “discretos”, pois eram uma ameaça aos membros da comunidade gay. Revela-se ser um discurso disciplinador, regulador e punitivo, sendo a punição simbólica, mas altamente violenta, pois desejava-se impor que essas pessoas não seriam amadas enquanto não agissem com discrição.

O *Lampião da Esquina*, em sua resposta, reforçava que a matéria original (da edição número 8) era criticando gays machistas e não criticando gays masculinos:

Como é grave o erro de alguém que, falando de integração, deixa bem explícita a condenação às pessoas que “dão pinta”, sem se preocupar em detectar as origens dessa

77 FERRAREZE, R. *Bonecas na noite: histórias cotidianas de travestis e transexuais*. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, PR, 2015. p. 13-14.

78 BARBOSA, B. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travestis e transexual*. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 48.

79 AMARAL, M. dos S. *Tê desafio a me amar: desejo, afeto e a coragem da verdade na experiência dos homens que assumem relacionamentos com as travestis e mulheres trans*. 2017. 188 f. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. p. 26.

“pinta” – que estão na repressão e no condicionamento forçado das pessoas aos 2 únicos tipos de comportamento sexual aceitos pela sociedade em vivemos.⁸⁰

Apesar do *Lampião da Esquina* se posicionar contra as opiniões proferidas nas cartas, ainda é presente um discurso patologizante em relação às travestis, pois entende que essa “pinta” é fruto de repressão psicológica, ainda que reconheça também, a estrutura binária da sociedade nesse processo.

Bichas castradas

Quanto à última matéria selecionada, trata-se de uma reportagem intitulada *Quem lucra com esta operação?*, de Adão Acosta (um dos fundadores do jornal), publicada na edição número 35, de abril de 1981.⁸¹ Iniciava informando que o deputado José de Castro Coimbra (PDS-SP) havia elaborado um projeto de lei que regulamentava as “operações de transexualismo”, referindo-se as cirurgias de redesignação. A matéria informava que Coimbra, além de deputado, era também médico e dono de clínica. Essas informações eram colocadas para deslegitimar a ação do deputado, sugerindo que partia de interesses financeiros. Tal teoria era melhor elaborada ao longo da reportagem, mas vale ressaltar que Coimbra pertencia a um partido conservador (PDS), herdeiro da Arena, o que contradizia o tema progressista do projeto.

De maneira geral, a matéria se mostra extremamente transfóbica, desqualificando a identidade trans ao longo de toda a reportagem. “Transexualismo? Corro até a estante e pego o dicionário Aurélio para tirar as dúvidas: nele, a palavra não existe. Mesmo assim, é o maior ibope na chamada classe *guei*”.⁸² Ali percebe-se uma desqualificação do termo pelo autor, que não o reconhece por não estar no dicionário; todavia, o termo transexual era usado desde 1949, quando foi cunhado pelo sexólogo David Cauldwell.⁸³ Ainda que tenha ganhado espaço público só nos anos 1990, não era uma palavra nova e desconhecida. Mas, ao mesmo tempo, “guei” era também uma palavra nova, mas que não gerava incômodos ao autor. Outro ponto a destacar é o uso da palavra “bicha”, mais uma vez, para se referenciar a transexuais.

Quanto a mim, tenho minhas dúvidas sobre os resultados desta mudança. O mais imediato, segundo informações que colhi de fontes fidedignas (quer dizer, bichas já operadas) é que, a

80 FERRY, J.; CAETANO. “Volta o gay-macho”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 12, maio 1979. p. 18.

81 ACOSTA, A. “Homem/mulher: quem lucra com esta operação?”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 35, abr. 1981. p. 5.

82 Ibidem, p. 5.

83 SILVA, E.; BRITO, A. “Travestis e transexuais no jornal ‘Lampião da Esquina’ durante a ditadura militar (1978-1981)”. *Dimensões*, n. 38, 2017. p. 224.

partir da castração (ou ablação, como prefere o deputado Dr. Coimbra), o gozo se torna impossível [...] pra onde vão os espermatozoides da bicha que não pode gozar: pra cabeça? Mas a cabecinha dela, segundo os médicos que a operam, é de mulher! [...]. Conheço várias operadas, mas nenhuma delas deixou de ser, apesar de ter cortado e tudo, visivelmente homossexual; são ambientes *homos* que elas procuram, são os amigos *homos*, é a mesma velha mitologia *homo* que elas continuam a cultivar pela vida afora. Muda a aparência, mas debaixo desta, o que continua existindo é uma boa bicha, castrada ou não. E então? Não seria a figura do transexualismo apenas outro artifício da chamada máfia de branco, os médicos sequiosos de lucro? Hem? As operações custam verdadeiras fortunas, e as bichas ganham dinheiro. Daí... O negócio é operar, ficando a preocupação principal, ou seja, saber se os clientes estão ou não mudando de sexo, em plano secundário.⁸⁴

O primeiro ponto a se evidenciar, nessa argumentação, é seu caráter falocêntrico: o autor reconhece que o gozo/prazer só se daria por meio do falo.⁸⁵ Deslegitimava as pessoas transgêneras, não as reconhecendo como mulheres; e mais, as ridiculariza por suas identidades, defendendo que continuam sendo homens homossexuais. Só as chamava pelo feminino para concordar com o termo “bicha”, em tom de deboche, e não por reconhecê-las como femininas. Deslegitimava, também, a cirurgia de readequação sexual ao ponto de usar o termo “castração” para se referir a ela. Se até então a cis-heteronormatividade era defendida por leitores nas cartas (que eram criticados pelo próprio jornal em suas respostas), agora ela era defendida por um dos fundadores do *Lampião da Esquina*, Adão Acosta.

O autor zombava e ridicularizava as identidades de gênero das mulheres trans, argumentando que suas “cabecinhas” (e atente-se para o diminutivo, não como cabeças/mentes “normais”, mas diminuídas, menores) eram de mulher, segundo os médicos que as faziam crer nisso. Acosta defendia, violentamente, que mulheres trans não eram nada mais que homossexuais castrados, pois, segundo ele, seriam “visivelmente homossexuais”, o que ia contra os próprios objetivos do jornal, sendo um deles o de combater a estereotipização dos homossexuais. No entanto, agora, passava a defender a existência de estereótipos homossexuais para argumentar contra pessoas transexuais.

O autor da reportagem trazia, também, uma crítica aos interesses mercadológicos da cirurgia. Acosta argumentava que o projeto de lei previa somente a operação e, depois, abandonava as pessoas operadas, sem políticas de integração social, como a mudança do nome. Dizia que se tratava de interesses financeiros e médico-operatórios e não sociais. Um dos pontos levantados por ele foi a aprovação do projeto na Câmara

84 ACOSTA, A. “Homem/mulher: quem lucra com esta operação?”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 35, abr. 1981. p. 5.

85 SILVA, E.; BRITO, A. “Travestis e transexuais no jornal ‘Lampião da Esquina’ durante a ditadura militar (1978-1981)”. *Dimensões*, n. 38, 2017. p. 223.

dos Deputados sem discussão, mesmo sendo um tema polêmico. Apesar de reconhecer a falta de políticas de integração social, o autor não se dispõe a lutar por elas, ele se coloca contra os processos médicos-cirúrgicos e inerte aos processos sociais. Acosta registrou em sua reportagem o que outras pessoas pensavam sobre a cirurgia: “passo a palavra àqueles que mais se aproximam da ideia do deputado Coimbra do que seja um transexual: os travestis”.⁸⁶ Assim, Acosta reconhece que mulheres transexuais e travestis são identidades próximas, mas diferentes. De maneira geral, as travestis, entrevistadas por Acosta, defendem a legalização da operação, mas com alguma insegurança ou descrença.

CLÁUDIA CELESTE: Pra mim transexualistas somos nós, as travestis [...]. Veja bem: nós gostamos de ser mulher. Este negócio de dizer que não somos mulher é bobagem. Se estamos de cabelos compridos, unhas pintadas e nos portamos como mulher, somos mulher. Nós nos vestimos de mulher fora do palco também. Temos vontade de ser mulher [...]

VERUSKA: Sinal de civilização [...]

JANE: É o caso dos transexuais. Se eles lutam por este tipo de operação e de repente é liberado, é uma vitória. Sou totalmente a favor. Só que eu não faria esta operação; estou com a cabeça ótima! [...]

ELOINA: Eu não sou contra. Pode ser que amanhã até faça esta operação. Porém tem que ser uma coisa legalizada. É preciso pensar legalmente, principalmente na mudança dos papéis, para que as pessoas possam ser felizes. Agora para ficar operada e continuar com os papéis de homem, prefiro continuar como estou, porque minha vida está maravilhosa [...]

ROGÉRIA: As pessoas costumam errar quando pensam no transexual. Ele na realidade é uma pessoa que não tem prazer nenhum sexual. A operação, a mutilação, o que for, é uma boa porque se as pessoas que não têm prazer com o órgão sexual masculino, é preferível botar um feminino e não sentir prazer da mesma maneira. [...]

LUANA: Talvez eu faça algum dia. No momento o meu membro está como a picareta para o operário, sem ele não abro buraco, sem abrir buracos não ganho dinheiro [...]

MARLENE CASANOVA: Eu acho que é uma loucura. Não concordo com o transexualismo. Antes de qualquer coisa, é um problema de cabeça. Na minha opinião é uma aberração [...]

SHILLY: Cortar minha caceta? *Never!* Não quero ficar maluca!⁸⁷

Percebe-se, a partir desses trechos, múltiplas visões acerca da transexualidade e da cirurgia. Cláudia Celeste, uma travesti, defendia uma assimilação entre travestis e transexuais, como sendo a mesma identidade de gênero; ao contrário de Acosta, que dizia ser os médicos que definiam as trans como mulheres, Celeste afirmava serem elas próprias, as travestis, que se definiam como tal; expressando na narrativa aquilo que

86 ACOSTA, A. “Homem/mulher: quem lucra com esta operação?”. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, n. 35, abr. 1981. p. 5.

87 ACOSTA, op. cit., p. 5.

hoje chamamos de performance de gênero, a partir de Butler,⁸⁸ pois, Celeste já entendia que são as performances que constroem o gênero.

Nota-se que uma visão de assimilação entre travestis e transexuais ou uma de diferenciação das identidades era um debate comum ao período, sendo evocado por várias das travestis entrevistadas. Outro ponto recorrente, notado nas narrativas da reportagem, seria relativo à patologização da transexualidade, presente nos discursos favoráveis e contrários, a relacionando à loucura, o que era comum à época.⁸⁹ Percebe-se com isso, a construção da transexualidade nos imaginários como uma categoria clínica, conforme informa Jaqueline de Jesus, entendendo as pessoas transexuais como patológicas, que necessitam da cirurgia de redesignação para “se curarem”.⁹⁰

Considerações finais

Por meio da análise dos trechos selecionados no periódico *Lampião da Esquina*, objetivou-se evidenciar a relação hierarquizada do movimento homossexual, nas décadas de 1970 e 1980, colocando as travestis, transexuais e demais transgêneros sob estigmas e desqualificações. Como observa Edlene Silva e Alexandre Brito, o *Lampião da Esquina* marginalizava as travestis por meio de atitudes racistas, classistas e machistas.⁹¹ Essas identidades transgêneras não foram reconhecidas tanto pela comunidade homossexual, como demonstrado pela análise das cartas, quanto por parte do movimento que se manifestava por meio do jornal. As identidades transgêneras foram, ao longo do jornal, deslegitimadas, desqualificadas, marginalizadas e ridicularizadas. As noções de gênero não eram entendidas como independentes do sexo biológico, mas como intimamente ligadas a ele e por ele definidas, sendo as identidades transgêneras apenas esboços, caricaturas, imitações ou devaneios das identidades cisgêneras.

Pode-se afirmar que o movimento homossexual reivindicava a cis-heteronormatividade com o objetivo de se fortalecer e se integrar à comunidade heterossexual, entendendo que se defendessem subversões de gênero tão marcantes quanto as travestis, seus membros seriam também desqualificados. Não apenas algumas cartas, mas também o próprio periódico, em alguns momentos, deixa escapar a ausência

88 BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 56.

89 SILVA, E.; BRITO, A. “Travestis e transexuais no jornal ‘Lampião da Esquina’ durante a ditadura militar (1978-1981)”. *Dimensões*, n. 38, 2017. p. 223.

90 JESUS, J. “Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio”. *História Agora*, v. 16, 2014. p. 103.

91 SILVA; BRITO, op. cit., p. 230.

de diálogo com a população transgênera, não demonstrando um esforço maior para abrir espaço ao debate e ao conhecimento específico de suas demandas, diferentes dentro da comunidade LGBT, como foi possível perceber na reportagem de Acosta. Mesmo com o periódico se posicionando favorável às questões da comunidade transgênera, como se verifica nas respostas às cartas dos leitores analisadas, não era uma visão hegemônica entre o conselho editorial.

De toda forma, o jornal *Lampião da Esquina* foi um importante marco para o incipiente movimento homossexual, para a comunidade LGBT e para as discussões acerca da sexualidade. Como trata Mariusso, foi um importante veículo (de grande alcance para um jornal alternativo, vale lembrar) para dar visibilidade midiática e denunciar as violências que a comunidade LGBT sofria no período de redemocratização política.⁹² Todavia, essa relevância não foi unânime para toda a comunidade. Homens, cis, gays, brancos e de classe média poderiam ter se sentido representados e gratos ao jornal; porém, a situação se inverte quando se trata de pessoas transgêneras. O *Lampião da Esquina* reproduziu, em alguns momentos, a mesma cis-heteronormatividade, repulsão, marginalização, patologização, estereotipização e violência para com as pessoas transgêneras, ao reafirmar o predomínio de um discurso homossexual, masculino e cisgênero.

92 MARIUSSO, V. “Lugares de diversão e repressão: violência policial contra homossexuais no Brasil (1978-1981)”. *Temporalidades*, v. 7, n. 2, 2015. p. 125.